



GÊNERO, SEXUALIDADE E ÉTICA NA EDUCAÇÃO: UM ESTUDO COM PROFESSORES SOBRE A HOMOFOBIA NA ESCOLA.¹

Leonardo Lemos de Souza²
Paula Azevedo de Medeiros³
Juliana Farias Duarte³

Cenas das práticas educativas sobre a diversidade de gênero e sexual na escola.

As dificuldades em lidar com as diversidades sexuais e de gênero⁴ são relatadas diariamente pelos professores e professoras, meninos e meninas, quando denunciam as violências e discriminações vividas por eles e/ou outros. O fato pode ser constatado desde a educação infantil, no ensino fundamental e médio nas práticas educativas sexistas e heteronormativas⁵ no currículo e nos conteúdos escolares (VIANNA e DINIZ, 2008), além dos estudos a respeito da discriminação e violência nas escolas baseadas na cultura de gênero (ABRAMOVAY e RUA, 2003; CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004).

Abramovay e Rua (2003), por exemplo, levaram a efeito uma investigação que aborda a violência nas escolas na qual enfocam a violência simbólica como as incivildades, que seriam humilhações, palavras grosseiras e falta de respeito.

O *bullying* tem sido descrito como uma das incivildades e ressalta-se o seu caráter físico e psicológico contra aqueles que não conseguem defender-se. Tema atual entre educadores e escolas o *bullying* também pode ser descrito como violência moral, na maioria das vezes, já que se refere às ações contra a imagem e auto-estima da pessoa que é objeto de humilhações, piadas e discriminação em relação a uma característica sua, seja raça, altura, peso, excepcionalidade, orientação sexual e gênero (FANTE, 2005). O fenômeno *bullying* não é algo novo, mas entendemos que a atenção dada a ele é de grande valia para diminuir o sofrimento no processo de escolarização de crianças e

¹ Os dados apresentados nesse trabalho fazem parte da pesquisa *Ética, gênero e sexualidades: narrativas de jovens e educadores*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Mato Grosso – Fapemat.

² Doutor em Educação (Unicamp); docente do Instituto de Ciências Humanas e Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMT. Grupo de Pesquisa Infância, Juventude e Cultura Contemporânea.

³ Discentes do Curso de Psicologia do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da UFMT, bolsistas PIBIC/VIC.

⁴ Tomamos a noção de diversidade sexual e gênero de Junqueira (2009) como “um conjunto dinâmico, plural e múltiplo de práticas, formas e experiências multifariamente relacionadas a vivências, prazeres e desejos sexuais, vinculados a processos de (re)configurações, representações, manifestações e assunções identitárias, geralmente objetivadas em termos de identidades, preferências, orientações e expressões sexuais e de gênero.” (JUNQUEIRA, 2009, p. 369).

⁵ A heteronormatividade refere-se práticas que tornam a heterossexualidade a sexualidade-referência na produção de saberes, práticas e valores de sujeitos e das sociedades. (LOURO, 2009, p. 88-89).



jovens, bem como auxiliar no rompimento do que prejudica o alcance de um dos objetivos da escola que é promover relações democráticas. Em relação ao gênero destaca-se que a maioria dos *bullies* são meninos, sendo que as meninas, algumas vezes, utilizam métodos indiretos, tais como fofocas, manipulação entre amigos, mentiras e exclusão do grupo (DAY, 1996 *apud* CASTRO, ABRAMOVAY e SILVA, 2004).

A homofobia é um dos principais fenômenos que ocorrem nas escolas nas relações de gênero entre meninos e entre meninas. Meninos e meninas são discriminados em relação ao seu comportamento de gênero e orientação sexual porque não correspondem à heteronormatividade e aos referenciais de gênero dominantes. Louro (1997, p. 68) define a homofobia como um comportamento em que é combatido o medo de perder o próprio gênero, ou a própria identidade de gênero. A homofobia, o medo voltado contra os/as homossexuais, pode se expressar através do ocultamento ou negação dos/as homossexuais ou através dos insultos e “gozações” no cotidiano da escola e da sala de aula, fazendo-os se sentirem “desviantes” ou “anormais”.

Desde 1973 a Associação Americana de Psiquiatria retirou a homossexualidade de seu Manual de Diagnóstico e Estatístico de Doenças Mentais. Em 1990 a Organização Mundial da Saúde a excluiu do Código Internacional de Doenças. No Brasil, somente em 1985 a homossexualidade foi desconsiderada doença pelo Conselho Federal de Medicina e em 1999 pelo Conselho Federal de Psicologia. Junqueira (2009) critica o a dominância da abordagem clínica e médica a produção de parâmetros de comportamento e da validade das experiências humanas.

Esses elementos estão presentes nas práticas educativas escolares em torno da homossexualidade. Os trabalhos de Ferrari (2000) e Caetano (2005) retratam o predomínio da heteronormatividade nas práticas de escolarização. O produto dessa escolarização é a invisibilidade dos homossexuais no cotidiano e a produção de formas de violência naturalizadas nas relações interpessoais.

Dessas cenas destacamos que a homofobia passa a ser uma forma de restrição dos direitos de humanos dos homossexuais. As constantes discriminações no contexto escolar, e para citar outros espaços sociais como o do trabalho e da saúde, excluem gays, lésbicas e transexuais e transgêneros do direito à educação, à saúde e ao trabalho. A escola por ser uma a instituição capaz de provocar transformações nas produções de sentidos dos sujeitos, pode ser o lugar onde o desmascaramento da violência simbólica mais se poderia realizar. Os professores têm um papel fundamental de disparar essa reflexão e produção de novos sentidos e, para contribuir nessa discussão, apresentamos uma



investigação sobre os modos como professores trabalham com situações de conflito que envolve a discriminação de gênero e sexual na escola.

Uma investigação sobre as estratégias de professores frente à homofobia entre alunos na escola.

O trabalho que apresentamos vale-se de alguns dos pressupostos epistemológicos do construtivismo sociocultural. A construção da subjetividade é mediada pelos recursos e elementos culturais (BRUNER, 2006 e COLE, 1995), redimensionando o construtivismo baseado no universalismo. O discurso dos sujeitos em contexto são produções atravessadas por valores, crenças, conhecimentos que são engendrados em suas experiências pessoais e coletivas. Ao narrar sobre si mesmo e o outro é produzido um discurso sobre a diferença na relação eu e outro/mundo. É no processo dialógico de construção de identidade/alteridade, que o discurso está na constituição da vida social, cultural e subjetiva (BAKHTIN, 1992). Nos contextos de negociação de significados, os discursos dos sujeitos são co-produzidos, estabelecendo-se a dialogicidade na produção do conhecimento sobre as diferenças de gênero e sexuais.

As investigações na interface psicologia e educação moral (MARTIN & PUIG, 2010; PUIG, 1998; PUIG, 2004) bem como os estudos de gênero e educação (LOURO, 1997) nos oferecem elementos para a análise das respostas dos participantes enquanto interlocutores dos sentidos produzidos por eles nas atividades desenvolvidas.

Assim, propusemos uma investigação, nos moldes de pesquisa-intervenção, sobre as estratégias educativas de professores diante de uma situação de homofobia na escola entre alunos. Segundo Castro (2008) a perspectiva da pesquisa-intervenção entende o pesquisador e o pesquisado como sujeitos no bojo das práticas de significação; não há clareza do que se vai acontecer; não há controle do processo/observador/grupo controle. A diferença básica da pesquisa intervenção para a pesquisa é a de que “todo o dispositivo de pesquisa transforma o que se deseja pesquisar, ou seja, nenhuma pesquisa deixa de ser também uma intervenção” (CASTRO, 2008, p. 29). O propósito da pesquisa intervenção é se inserir onde os sujeitos da pesquisa vivem e transitam, isto é, como se apropriam dos conteúdos e questões locais.

Desse modo, recorreremos a dois o dispositivos de investigação: a) uma história sobre homofobia na escola e b) grupos focais sobre diversidade de gênero e sexual para a produção de um espaço dialógico, no qual os discursos circulem e seja objeto de negociação de significados e sentidos sobre as diferenças de gênero e sexuais.



No primeiro dispositivo, o trabalho solicitou aos professores que respondessem por escrito a diversas questões sobre uma história que se ambienta no espaço escolar em que o suposto comportamento efeminado (de um menino) leva a sua exclusão do convívio social entre os demais alunos e alunas. As quatro primeiras questões que seguem a história abordam os pensamentos, sentimentos e ações de dois personagens: um personagem que sofre o preconceito; e outro que sofre um conflito ético e moral diante do preconceito, as duas últimas questões abordam sobre os pensamentos, sentimentos e ações educativas de um educador que presencia a situação. Participaram 30 professores (dez do sexo masculino e 20 do sexo feminino). Os textos produzidos foram recolhidos, digitalizados e analisados.

Com os protocolos em mãos, realizamos uma primeira leitura das repostas de todos os participantes e excluímos aquelas nas quais não foi possível o trabalho de análise, seja pelos participantes não terem respondido às questões, terem dado respostas com conteúdos alheios ao solicitado nas perguntas. Essa leitura prévia nos levou a trabalhar com 28 participantes.

No segundo dispositivo, propusemos grupos focais como espaços de coletivização e negociação de significados entre os participantes sobre o material produzido por eles diante da resposta às questões. Organizamos pequenos grupos de professores, com cada dois pesquisadores que fariam o registro das discussões estabelecidas sobre as estratégias.

Com o material produzido pelos pesquisadores a partir dos grupos focais e o material escrito, efetuamos uma análise na qual destacavam-se as respostas às perguntas e) e f) acerca dos pensamentos, sentimentos, deveres diante da situação de homofobia pela personagem professor. Buscamos delinear as estratégias de educação moral dos professores diante da homofobia e os seus fundamentos, ou seja, quais os elementos que desencadeiam e justificam essas ações. No caso do dever do protagonista-professor diante da situação, pede-se uma ação educativa que tenha o caráter de moral, isto é, que eduque no sentido de valores coletivos e de respeito aos direitos do outro.

Com o intuito de fomentar essa discussão, apresentamos a seguir algumas categorias que agregam diferentes práticas de professores frente à uma situação de homofobia na escola.

Tristeza e revolta diante da homofobia (Categoria A - 08 participantes)

Nessa categoria, as respostas dos participantes referiram-se aos sentimentos de revolta e tristeza diante da discriminação e as ações são baseadas em atividades de reflexão sobre o problema. Os participantes investem nas atividades de reflexão sobre o problema com os alunos a melhor forma de educá-los e superar o problema.



Exemplo:

S.20 – Se sentiu triste/varias reações pela situação discriminatória e deveria promover reflexão dos alunos para mudança de postura

Indignação diante da homofobia (Categoria B - 04 participantes)

Os significados são organizados em torno da indignação/decepção diante do preconceito do grupo de alunos. A estratégia encontrada para superar o problema é informar/esclarecer sobre o ato delituoso que é discriminar o outro. Ação, portanto, contrária às normas sociais vigentes, prevê punição de quem a comete.

Exemplos:

S.11 – Sentiu pena dos alunos que tinham preconceito em relação a João considerando a situação discriminatória e desumana e deveria reunir esses alunos para explicar que esse tipo de atitude não leva a lugar nenhum.

Ações de cuidado com a vítima da homofobia (Categoria C (02 participantes)

A preocupação e cuidado com João desencadeiam a ação voltada para fomentar a reflexão do grupo sobre a discriminação. O sentimento de cuidado do professor orienta o seu trabalho, destacando as necessidades, individualidade e situação emocional do sujeito que sofre a discriminação. A reflexão é conduzida pelos esclarecimentos dos valores de cada um e seus conflitos com os dos outros.

Exemplos:

S.12 – Pensou que João fora atingido em sua auto-estima, individualidade e na situação o defenderia promovendo uma reflexão de todos.

Homofobia como ação comum entre os escolares (Categoria D - 05 participantes)

Os participantes abstraíram o caráter de corriqueiro da discriminação no cotidiano escolar. A sugestão é que os professores atuem diretamente na situação promovendo a conscientização da ação preconceituosa dos alunos por meio de dinâmicas e atividades diversas. O professor mostra constrangimento frente à atitude discriminatória de seus alunos.

Exemplos:



S.18/S.26 – Não se abalou/ achou natural, pois situações como essas são comuns em escolas e deveria desenvolver projetos/debater com a comunidade escolar.

Falta de formação/orientação para trabalhar com o tema (Categoria E - 01 participante)

Na categoria E, é central a necessidade do professor ter um posicionamento sobre a questão já que lhe falta conhecimentos sobre o tema para trabalhar respeito e equidade de gênero, mas entende que deve ser formador de opinião em relação à equidade.

Exemplos:

S.21 – Sentiu necessidade de buscar mais informações sobre o assunto pelo fato de o professor ser um formador de opinião e deveria propor atividades que respeite a equidade de gêneros.

Respeito à diversidade orienta as ações do professor (Categoria F - 02 participantes)

Os participantes destacaram as diferentes opiniões dos envolvidos e a possibilidade de diferentes sexualidades, a intervenção sugerida é a repreensão da discriminação e a explicitação do direito a ser diferente. A clarificação relativiza as ações, pois cada um tem o direito de ser como é, inclusive, na opção de discriminar.

Exemplos:

S.17 – Pensou que existem alunos diferentes com várias opiniões e daria uma explicação sobre o assunto e repreenderia os alunos preconceituosos.

Argumentos científicos e religiosos para a ação docente (Categoria G - 03 participantes)

Crenças religiosas e explicações biológicas são utilizadas para discutir e explicitar a origem das diferenças. A presença de crenças religiosas e científicas na explicitação das diferenças justifica a condição de quem é discriminado e colocam quem discrimina num lugar de saber-poder baseado na verdade do discurso das religiões e das ciências, que pretendem explicar e pode modificar os comportamentos do outro.

Exemplos:

S.4 – Pensou que as crenças e religiões mantêm preconceitos e esclareceria aos alunos eu sexualidade é uma questão genética.



S.7 – Pensa que deve haver respeito, porém não concorda com este tipo de comportamento porque não condiz com lei Divina e deve ser reprovado pelos homens. Deve instruir Carlos e João sobre o assunto

Inclusão como forma de superar a homofobia (Categoria H - 03 participantes)

Junto com os sentimentos de decepção e mal-estar diante da discriminação de seus alunos, os participantes sugerem que o professor inclua Carlos e João no grupo de amigos. A aprendizagem de valores e respeito às diferenças é viabilizada pela inserção de João e Carlos como uma forma de estabelecer o diálogo entre os alunos, promover o conhecimento do diferente e aceitá-lo.

Exemplos:

S.14 – Ficou decepcionado. Deveria apoiar Carlos e João num diálogo com todo o grupo para a conscientização.

Homofobia e educação moral: entre práticas reflexivas e de esclarecimento.

Da mesma forma em que a escola é um espaço de construção de conhecimento e desenvolvimento de sujeitos, corpos e identidades ela também deveria ser uma referência para o reconhecimento, respeito, acolhimento e convívio com a diversidade. Uma educação integral que preocupa-se com as diferentes dimensões da formação humana contribui para que alunos e alunas lidem de maneira consciente, crítica, democrática e autônoma com a diversidade e o conflito de idéias (ARAÚJO, 2003, p. 167).

A educação moral para Puig (1998) torna-se peça central da educação integral, pois é eixo transversal no trabalho com as outras dimensões da formação humana. Assim, as estratégias de educação moral, diante de situações de conflito entre alunos e alunas, que se referem aos direitos e deveres, deve ser objeto de reflexão do professor no seu cotidiano.

Apesar das respostas não permitirem uma análise mais ampla sobre as práticas educativas que envolvem a superação do preconceito e da discriminação em sala de aula, dado que não as investigamos do ponto de vista da etnografia, podemos abrir frentes de discussão sobre as atividades representadas pelos participantes. Elas podem ser organizadas em dois tipos de práticas: práticas reflexivas e práticas de esclarecimento.

Por práticas reflexivas podemos agrupar aquelas que mencionam a reflexão como estratégia para se conscientizar os alunos do problema da discriminação em relação à homossexualidade. Esse tipo de prática pode ser representado pelas categorias A, C e D.



Por práticas de esclarecimento podemos elencar aquelas demonstradas pelos modelos B, E, F, G e H. As práticas educativas baseadas no esclarecimento promovem uma ação em que os professores verbalizam sobre o certo e errado, bem como apontam os valores não morais presentes na ação dos alunos que discriminam, sejam por razões relacionadas ao direito, religiosas ou contrárias às verdades científicas. Ainda nessa perspectiva as razões elencadas buscam justificar o comportamento de quem é discriminado.

Tais tipos de práticas, no modo como são relatadas pelos participantes deste estudo, nos leva a questionar sua efetividade na superação da discriminação e na promoção de relações verdadeiramente democráticas e de respeito da diversidade em sala de aula. Elencamos algumas considerações a partir dos dados obtidos nessa breve investigação:

1. A necessidade de programas de educação moral e em valores articulados com a temática de gênero e sexual que devem estar vinculados ao cotidiano vivido pelos alunos e professores. Com isso, somente promover uma educação moral baseada no desenvolvimento das capacidades racionais para o desenvolvimento da consciência autônoma, não é suficiente;
2. Os conteúdos presentes nas estratégias propostas pelos professores (principalmente nas de esclarecimento) revelam um forte apelo às normas sociais vigentes (da lei na forma da criminalização), científicas e religiosas para a explicação do comportamento dos alunos e sua possível modificação. Desse modo, as estratégias educativas pautam-se pela educação moral como uma forma de socialização em que o sujeito deve se adaptar à sociedade (caráter heteronômico da educação moral). Ao educar em valores a partir do esclarecimento do certo e errado, o professor apenas informa e não constrói o conhecimento como mediador;
3. A reflexão proposta tem a finalidade de demonstrar que a posição dos alunos que discriminam é equivocada, dada a possibilidade de serem condenados por conta disso. Em alguns casos a reflexão busca o respeito pela diferença, a partir do diálogo e do respeito mútuo, o que demonstra uma tentativa de criar um espaço de troca entre os alunos, tendo o professor como disparador da discussão;
4. Outro dado relevante é o fato de alguns professores participantes terem justificado suas respostas a partir do cuidado com quem é discriminado. É uma preocupação com as necessidades e individualidade do sujeito que sofre com a discriminação (sua auto-estima e auto-imagem), mas que em outros contextos ou situações podem se modificar, não ser generalizável. Queremos dizer que a extensão do direito de ser respeitado pela sua sexualidade ou gênero pode servir a alguns, que nos são próximos, mas não a todos e a todas.



Por fim, as práticas relatadas pelos professores, diante de um conflito interpessoal, nos levam a pensar a educação moral como estratégia de auxílio no combate à discriminação de gênero e sexual na escola. Percebemos, na investigação realizada, que os participantes têm consciência da necessidade de intervenção junto às práticas discriminatórias frente à sexualidade e ao gênero. No entanto, o caminho mais efetivo para isso encontra suporte em práticas educacionais tradicionais - a verbalização sobre o certo e errado, por exemplo.

A educação em valores não deve ser orientada apenas pelas experiências morais que os próprios professores vivem, mas senão num conjunto de práticas que devem vivenciar em sua formação de educador. Martín e Puig (2010) definem que ao educador que pretende educar em valores deve construir sete competências básicas: ser ele mesmo, reconhecer o outro, facilitar o diálogo, regular a participação, trabalhar em equipe, fazer escola e trabalhar em rede. Essas competências merecem atenção, pois exigem o exercício da auto-reflexão, autoconhecimento, o comportamento solidário, participativo e de diálogo coletivo. Destacamos dentre essas sete competências o *reconhecer o outro* como eixo entre todas as outras competências, já que sem esse reconhecimento quaisquer atividade educativo no sentido de promover a convivência democrática é inviável.

Bibliografia

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M G. (2003). Marcas de gênero na escola: sexualidade e violências/discriminações nas representações de alunos e professores. Seminário sobre Gênero e Educação - Educar para a igualdade. Disponível na internet: <http://observatorio.ucb.unesco.org.br/artgos/7.pdf>. Acesso em 15 mai 2005.
- ARAÚJO, U. F. (2003) A dimensão afetiva da *psiqué* humana e a educação em valores. In: ARANTES, V. A. (org.) *Afetividade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, p. 153-170.
- BAKHTIN, M. (1992) *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes.
- BRUNER, J. (2006) *Actos de significado*. Madrid: Alianza Editorial.
- CAETANO, M. 2005. *O gesto do silêncio para esconder as diferenças*. Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado em Educação, Niterói.
- CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M.; SILVA, L. B. (2004) *Juventudes e sexualidade*. Brasília: UNESCO.
- CASTRO, L. R. (2008) Conhecer, transformar(-se) e aprender: pesquisando com crianças e jovens. In: CASTRO, L. R. e BESSET, V. L. *Pesquisa-intervenção na infância e juventude*. Rio de Janeiro: Faperj/NAU Editora, p. 21-42.



- COLE, M. (1998) *Cultural Psychology: once and a future discipline*. Harvard University Press.
- FANTE, C. (2005) *Fenômeno Bullying*. Verus Editora: Campinas-SP.
- FERRARI, A. (2000) *O professor frente ao homo erotismo masculino no contexto escolar*. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora - MG, Dissertação de Mestrado em Educação.
- JUNQUEIRA, R. D. (2009) Educação e Homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 367-444.
- LOURO, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis: Vozes.
- LOURO, G. L. (2009) Heteronormatividade e Homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, p. 85-94.
- MARTÍN, X. e PUIG, J. M. (2010) *Sete competências básicas para educar em valores*. São Paulo: Summus Editorial.
- PUIG, J. M. (2004) *Práticas morais: uma abordagem sociocultural da educação moral*. São Paulo: Moderna.
- PUIG, J. M. (1998) *A construção da personalidade moral*. São Paulo: Ática.
- VIANNA, C. e DINIZ, D. (orgs.) (2008) Dossiê - *Em foco: a homofobia nos livros didáticos, um desafio ao silêncio*. Psicologia Política, Belo Horizonte: UFMG.